PARE. IPHAE N.º 01/2016 Porto Alegre, 18 de janeiro de 2016.

Assunto: Tombamento da Fazenda da Atafona
Processo 001831-11.00/13-1

A solicitação de tombamento da Fazenda da Atafona partiu da filha da então proprietária, senhora Gemina Vieira da Cunha Silva. A senhora Gemina, que por ocasião da solicitação, em 03 de junho de 2013, estava com 98 anos, é da 5ª geração dos descendentes de João Pereira Fortes, açoriano da Ilha de São Jorge, que estabeleceu propriedade em uma extensa área de campo na região dos atuais municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo. O bem, em análise de tombamento, é uma fração daquela extensa área ocupada em meados do século XVIII, sendo, portanto, um remanescente da ocupação territorial portuguesa naquele momento histórico.

A vinda de João Pereira Fortes e seus irmãos deu-se no período de povoamento do Continente do Rio Grande de São Pedro, região do extremo sul que teve uma tardia definição de limites no mapa do Brasil colonial, indefinição que se mantém em boa parte do período imperial. A região era uma área marcada por disputas e sucessão de tratados para delimitação de suas fronteiras. A partir do Tratado de Madri, firmado em 1750, que entrega a região das Missões a Portugal e a Colônia de Sacramento à Espanha, vão sendo montadas estratégias para garantir o povoamento e a posse do território. Uma das estratégias utilizadas pela Coroa foi a implantação do regime de concessão de sesmarias com o objetivo principal de oficializar a ocupação do solo pelo domínio português, preferencialmente por indivíduos com recursos econômicos e militares que pudessem garantir as recentes incorporações. As sesmarias eram extensas áreas de campo, medindo em média 3 léguas por 1 légua[1], onde eram constituídas estâncias, propriedades que tinham como principal atividade a criação extensiva de gado.

Esta expansão na apropriação, por Portugal, de um território marcado por conflitos confere à região do extremo sul do Brasil Colônia uma crescente importância militar.

[1] Correspondente a cerca de 13.000 hectares. Também eram concedidas áreas menores – as **datas** – que correspondiam a ¼ de légua, entorno de 372 hectares. As datas eram concedidas aos casais de açorianos e a principal atividade era a produção de trigo In: PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul.* 9ª edição. Mercado Aberto.2002. p. 15

> O permanente estado de alerta propiciava a renovada militarização da sociedade gaúcha, onde todo homem válido era um soldado em potencial. Na realidade, para defesa da terra mais contavam as forças irregulares da campanha rio-grandense do que as tropas de linhas enviadas pelo Reino.[2]

Em 1760 a região é desvinculada de Santa Catarina e elevada à condição de capitania com a denominação de Capitania do Rio Grande de São Pedro. Neste período as concessões de sesmarias, inicialmente concentradas nos campos de Viamão, vão intensificando-se e ampliando-se, atingindo a bacia do baixo Jacuí, região que naquele momento era geograficamente estratégica. O incremento da sua ocupação foi militarmente assegurado pela construção do Forte Jesus, Maria, José de Rio Pardo em 1752.

> Gomes Freire de Andrade assinalara para Rio Pardo um papel histórico de posto avançado da fronteira portuguesa, assim que termina a primeira metade do século XVIII.[3]

É neste contexto que João Pereira D'Agueda, natural da Ilha de São Jorge (Arquipélago dos Açores), vem, por volta de 1754, ao Brasil[4] e casa-se, em Rio Pardo, com a também açoriana Eugênia Rosa. Agueda foi um dos primeiros povoadores da área, tendo atuado como combatente nas milícias provisórias e mudado seu nome para João Pereira Fortes. Ele recebe, oficialmente, uma concessão de sesmaria onde o casal estabelece uma estância e constitui um núcleo sócio-familiar, assim fazendo parte do processo histórico de demarcação do território a ser assegurado por Portugal. O sesmeiro recebeu outras concessões e comprou mais campos, ampliando suas posses o que lhe permitiu transmitir heranças a inúmeros de seus descendentes, mantendo na família partes das suas propriedades até os dias de hoje.Segundo Dante de Laytano, no ano de 1784, chegava a 112 o número de sesmarias concedidas na região, algumas delas abandonadas e outras com extensos rebanhos de gado. Além da criação eram desenvolvidas atividades agrícolas, principalmente de produtos de subsistência, uma vez que as sedes das estâncias ficavam distantes dos núcleos urbanos que estavam se formando, o que dificultava a compra de suprimentos. Nesta fase, Cachoeira do Sul, que iniciara como um Aldeamento de índios, já era uma Freguesia, sendo posteriormente (em 1819), elevada à Vila com a denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira.[5]

Na propriedade de João Pereira Fortes, além da criação de gado, teve destaque, em determinado período, a produção de farinha de mandioca, alimento comercializado tanto interna como externamente. Para a produção da farinha eram construídas atafonas engenhos instalados, habitualmente, em galpões próximos à casa-sede, como no caso da Fazenda São Jose. A mandioca era colhida e levada ao galpão, onde iniciava a produção com o descasque da raiz suja. Em seguida, passando por um processo de cevagem, a raiz descascada era transformada em uma pasta úmida que era levada à

---

[2] PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.p.22

[3] LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo. Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul*. 2ª Edição. Porto Alegre. 1979. p. 165

[4] Migraram para o Brasil seis irmãos da família D'Agueda que desembarcam na Ilha de Santa Catarina.

[5] Cachoeira do Sul foi o 5º município criado na Capitania de São Pedro, antecedido por Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antonio da Patrulha e Rio Pardo.

prensa, equipamento giratório utilizado para tirar o líquido da pasta, processo que durava em torno de 12 horas. Por fim formavam-se torrões que iam para o forno; eram peneirados e transformados em farinha. A produção, assim como os outros trabalhos da estância, era baseada na mão de obra escrava. [6]

Preparação de farinha de mandioca. Gravura de Rugendas. Início sec. XIX
Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/quarto-grande-e-senzala.
Acesso em 08/12/2015.

A Fazenda São José, é também denominada Fazenda da Atafona[7], nome que remete justamente ao engenho localizado ao lado da casa principal e que é mantido com todos os equipamentos usados no beneficiamento do produto.

Ralador de mandioca mantido na Fazenda da Atafona - s/ data
Disponível em: http://defender.org.br/tag/tapecaria?print=print-search.
Acesso em 08/12/2015

[6] No inventário do casal João Pereira Fortes e Eugênia Rosa – 18-01-1813 estão arrolados 17 escravos chacareiros, 10 escravos campeiros, 13 escravas chacareiras, 1 escrava campeira, 5 escravos.

[7] No ofício de solicitação de tombamento a denominação é *Fazenda da Tafona* - Processo 001831-11.00/13-1 – fl.03; no decreto de tombamento municipal a denominação usada é *Fazenda São José (ou da Atafona)* – Processo 001831-11.00/13-1. fl.06

A propriedade aqui descrita, é hoje uma pequena fração de 58 hectares da antiga sesmaria de João Borges Fortes[8] que, ao longo de quase dois séculos e meio, passou por sucessivas divisões entre herdeiros e compradores. Porém, mesmo com diversas mudanças e adaptações que ocorreram ao longo destes anos, nela mantiveram-se marcas da ocupação lusitana e da forte presença do trabalho escravo com traços culturais que foram entremeando-se e passando de geração em geração. Hoje esses traços são percebidos não só nas características arquitetônicas observadas na casa principal[9] e na atafona, mas também nos objetos, nas obras de arte, nas imagens e nos documentos que compõem um rico acervo formado, preservado ao longo dos anos e mantido sob a guarda da família. Dentre os objetos do acervo destacamos um oratório, peça representativa da forte presença da Igreja Católica em Portugal que se transfere para a Colônia com a vinda dos imigrantes açorianos e o retrato de José Sebastião Vieira da Cunha, figura de destaque público que residiu no local. Trata-se de uma pintura em óleo, com características acadêmicas, do pintor e fotógrafo Virgílio Calegari.

Mirian Ritzel, historiadora e conselheira do COMPHAC de Cachoeira do Sul, produziu um rico material para a justificativa do tombamento da fazenda a nível municipal, baseado, justamente, em documentos do referido acervo onde localizou fontes primárias que ancoraram sua pesquisa. No seu texto, inserido no presente processo e intitulado *Fazenda da Tafona* - Razões Históricas para o Tombamento pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e COMPAHC – Cachoeira do Sul, Ritzel destaca a presença de um dos sucessivos proprietários , José Sebastião Vieira da Cunha, bisneto do sesmeiro açoriano, que herdou parte da propriedade e nela habitou a partir da segunda metade do século XIX. A pesquisadora considera esta fase de uso da sede da estância aquela da qual mais elementos mantiveram-se, imprimindo as características do local atualmente observadas. Quando do falecimento de Vieira da Cunha, em 1916, a fazenda tinha área de uma légua de campos. Parte da propriedade com plantação de arroz, estava arrendada para a empresa Mostardeiro & Cia da qual um de seus filhos era sócio.

Por fim, destacamos o valor histórico que é colocado como uma das principais considerações no decreto de tombamento municipal –nº 264/2012 do *imóvel denominado Fazenda São José (ou da Atafona)*

> (...) CONSIDERANDO, a condição de fazenda como local de relevância por ter protagonizado, em diferentes momentos da nossa história, fatos relacionados à ocupação de território, como fragmentação de sesmaria, à exploração das riquezas fundadoras da economia local, como a criação de gado, exploração de jazidas minerais, produção e venda de farinha, e por ter servido de morada para personalidades influentes na vida econômica, social e política de Cachoeira do Sul; [10]

---

[8] Segundo material anexado ao processo a estância teria uma área de duas léguas de sesmaria o equivalente a 8.712 hectares. Processo 001831-11.00/13-1. fl. 31

[9] Segundo fontes orais da família a casa-sede teria sido construída entre 1811-1813 - informação processo 001831-11.00/13-1. fl. 16

[10] Processo 1831-11100/13-1. fl. 06

O valor histórico referido no decreto de tombamento municipal, associado a outros elementos levantados durante a instrução deste processo, é de uma relevância que ultrapassa a instância local. Além de ampliar o seu reconhecimento, o tombamento estadual da Fazenda São José (ou da Atafona), reforça sua representatividade junto às comunidades locais e junto aos grupos envolvidos na sua preservação e sustentabilidade. Originalmente vinculado à ocupação do território rio-grandense e sua consolidação como parte do domínio português, este patrimônio é, hoje, mantido e dinamizado por sujeitos que, de diferentes maneiras, identificam-se com o lugar. Projetos vêm sendo desenvolvidos contemplando, além das memórias do grupo familiar que mantém a propriedade, as memórias de protagonistas históricos que, com seu trabalho, viabilizaram a geração de recursos materiais para garantir a posse dos territórios colonizados. As comunidades quilombolas de Cachoeira do Sul buscam hoje este reconhecimento e a valorização de sua cultura[11]. Esta perspectiva de trabalho que tem balizado algumas ações é outro elemento importante considerado neste parecer favorável ao tombamento da histórica Fazenda São José (ou da Atafona).

_____

Frinéia Zamin
Técnica em Assuntos Culturais
Historiadora

De acordo
Em ____/____/_____

_____

Mirian Sartori Rodrigues
Diretora do IPHAE

[11] Representantes do movimento afro local participaram do projeto Turismo Afro no Rio Grande do Sul. A Fazenda da Atafona e as comunidades quilombolas seriam incluídas no roteiro do turismo étnico .http://www.jornaldopovo.com.br/site/noticias_interna.php?intldConteudo=153642.Acesso em13/05/2013.A Fazenda da Atafona é também um local de referência em projetos de formação de professores em Diversidade Afro, Indígena e de atividades escolares. http://www.educação.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=10572. Acesso em 13/05/2013.

Referências Bibliográficas

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 4ª Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo. Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul*. 2ª Edição. Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
Pereira, Luciene Maria Pires. *As sesmarias em Portugal e no Brasil: a colonização do Brasil analisada por meio das cartas de doação e dos forais*. Assis, 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
_____ (Org.) *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia.* Porto Alegre: EST, 2002.

Sites consultados

http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafn35.htm
https://fazendadatafona.wordpress.com/
https://www.facebook.com/groups/fazendadatafona/files/
http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com.br/
http://www.palmares.gov.br/